

**Programa Minha Casa Minha Vida:
Evidências para Belo Horizonte e RMBH da relação entre o envelhecimento da
população, mudanças na composição das famílias e necessidades habitacionais**

Carolina Portugal Gonçalves da Motta – Fundação João Pinheiro e IPPUR/UFRJ
Adauto Lucio Cardoso – IPPUR/UFRJ

Belo Horizonte e a Região Metropolitana de BH (RMBH) estão passando pelo processo de transição demográfica. Este processo acaba por mudar a estrutura etária da população e, também, a composição das famílias. Por outro lado, a política habitacional vigente é uma política de mercado, gerida pela ótica do custo e do lucro, e voltada para a redução do déficit habitacional, sem analisar as necessidades de seu público-alvo. Assim, o objetivo deste texto, a partir dos Censos de 1980 a 2010, é verificar as mudanças demográficas e na composição das famílias e, as relações entre estas mudanças e a política habitacional.

**Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; transição demográfica;
famílias; Belo Horizonte**

Área temática: Políticas Públicas

**Programa Minha Casa Minha Vida:
Evidências para Belo Horizonte e RMBH da relação entre o envelhecimento da
população, mudanças na composição das famílias e necessidades habitacionais**

Carolina Portugal Gonçalves da Motta
Adauto Lucio Cardoso

1 Contextualização

A partir da criação do Estatuto das Cidades e do Ministério das Cidades a pouco mais de uma década as políticas urbanas vem ganhando importância, dentre as políticas públicas do governo federal. No entanto, apenas em 2009, na tentativa de se incentivar a economia a fim de se evitar a crise econômica que estava ocorrendo em diversos países, o governo federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV, instituído pelo Governo Federal brasileiro em 2009, surgiu como forma de combater o déficit habitacional brasileiro e auxiliar a economia. Trata-se de uma política de construção de moradias, ou seja, uma política de mercado, no qual o governo¹ repassa recursos (empréstimos) para a construção de moradias – a agentes públicos e privados – e, via empréstimos – com valores, dependendo da renda da família, subsidiados –, a população pode adquirir as habitações construídas no âmbito do programa. Na primeira faixa, as habitações, que tem valores até 90% subsidiados, são sorteadas para a população de baixa renda cadastrada no programa.

Este programa é paralelo ao ideal da população brasileira de casa própria. Ideal este que foi construído a partir da década de 1940, suplantando a política habitacional anterior. E este ideal foi tão sedimentado na população que, em pesquisa realizada na década de 1990, sobre habitação, o resultado aponta que o principal desejo das famílias seria o de adquirir a casa própria *vis a vis* outros bens de consumo (SANTOS, 2006). Complementarmente, a habitação em 2010 foi incluída no artigo 6 da Constituição Federal de 1988 como um *direito social*, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 64.

Entretanto, há duas questões a serem discutidas. No primeiro, tem-se que o processo de urbanização brasileira e, em segundo lugar, tem-se o formato da política habitacional. O processo de urbanização brasileiro sempre foi de expulsão dos pobres para áreas periféricas ou para os morros, em geral, áreas sem infraestrutura de serviços públicos. Assim, o acesso à moradia no Brasil, historicamente, é desigualmente distribuído, favorecendo alguns grupos, de tal modo que aqueles de menor poder aquisitivo ficam sujeitos a habitações precárias, em áreas urbanas com problemática infraestrutura em saúde, educação, saneamento, transporte coletivo etc. (NAKANO, 2010). A população de baixa renda compensa essas precariedades de serviços e de infraestrutura dos locais de moradia com soluções informais, em muitos casos baseadas em redes de solidariedade familiar, de amigos ou de vizinhança.

E, em relação à política habitacional vigente, o PMCMV, que é uma política de mercado, conforme mencionado anteriormente, na qual as habitações são construídas

¹As prefeituras e os estados podem construir moradias para a faixa 1 do programa, que compreende as famílias que recebem

por agentes privados – ou por prefeituras e estados, em geral, com a construção sendo feita por empreiteiras privadas. Como as unidades habitacionais tem um custo máximo determinado pelo governo federal², o qual, muitas vezes, não cobre o custo da terra em bairros mais centrais ou mais bem localizados dos municípios e, com isso, não são construídos nestes, o que pode gerar a periferização da população de renda baixa e médiabaixa. Ainda, a tipologia construtiva também é padronizada e, sobretudo nas grandes cidades, é de apartamentos, os quais, muitas vezes não são adequados às famílias – e ao tamanho delas. Deste modo, estas podem ser construídas em áreas mais periféricas, menos valorizadas ou com acesso mais precário a infraestrutura da cidade. Ainda, há uma formatação mínima para as unidades habitacionais – dois quartos e um banheiro de 42 m² ou 3 quartos com 58 m²³.

Deve-se destacar também que o critério de seleção da política habitacional é de sorteio simples. Os municípios e estados podem criar critérios de priorização, os quais, em geral, são de a família participar do programa Bolsa Família, ter chefia feminina, morar em situação de risco ou participar de política de aluguel social. No entanto, outras características da família, como proximidade da moradia de outros familiares não são consideradas na alocação das famílias nos residenciais. Complementarmente, muitos residenciais não têm transporte – ou não são próximas – para os locais de moradia anterior, o que acaba por dificultar relação das pessoas que moram nos conjuntos com parentes e amigos que tenham ficado no local no qual ela residia.

Adicionalmente, as necessidades habitacionais são diversas e variam de acordo com a composição da família, etapa no ciclo de vida desta e, a escolha da moradia é sempre permeada pela disponibilidade de capital da família e pelo orçamento da mesma. Assim, a família escolhe a moradia de acordo com a conjugação de suas necessidades (proximidade da família, do trabalho, dos estudos – por exemplo) e sua restrição orçamentária. Entretanto, quanto menor o orçamento familiar, menor as possibilidades de escolha das famílias, inclusive, de mobilidade urbana. Assim, por exemplo, uma pessoa de baixa renda, moradora de uma comunidade, ao sair da casa dos pais, pode optar por construir no mesmo lote da casa dos seus pais ou a adquirir (ou alugar) uma moradia em outra favela ou em uma região periférica da cidade. Tanto por este motivo, quanto pelo fato de que a proximidade da família tem externalidades positivas – em situações de emergência, cuidado de filhos etc. – as pessoas acabam por, se houver como, construir no mesmo lote dos pais. Com isso, as favelas – sobretudo as mais centrais ou em regiões mais nobres da cidade – se adensam.

Por outro lado, as pessoas de classe média, ao saírem da casa de origem podem optar por comprar uma residência e morar em bairros distintos da casa de origem – mais próximos do trabalho ou por só não terem condições financeiras de comprar no mesmo bairro de seus pais (neste caso elas compraram o mais próximo que o orçamento familiar permitir) – ou até alugar uma moradia em um bairro mais nobre. No caso das famílias de classe média e alta, por acesso a carro e a taxis a mobilidade é maior, de tal modo que a sensação de distância, em relação à família, é relativizada.

²O valor máximo do imóvel para Belo Horizonte no MCMV terceira etapa é de R\$200.000,00. Mas na etapa anterior o valor coberto era de R\$ 80.000,00.

³Esta segunda tipologia não é descrita no programa, de modo que, a prefeitura que desejar construí-la deve complementar o valor da moradia de dois quartos.

A partir deste panorama, tem-se que tanto o processo de urbanização quanto a política habitacional são passíveis de causar a expulsão das pessoas de baixa renda para locais afastados da cidade, da infraestrutura urbana, de posições de trabalho, da família, de tal modo que as pessoas não exerçam o “direito à cidade” e não estejam satisfeitas com o local de moradia.

Assim, o objetivo deste trabalho é relacionar estes temas com a mudança demográfica (transição demográfica) que está ocorrendo em todo o Brasil – inclusive na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e na cidade de Belo Horizonte, mais especificamente – de forma a analisar os reflexos das mudanças demográficas e da sociedade na formação e composição da família, bem como o impacto destas nas necessidades habitacionais da população e possíveis limitações da política habitacional, na RMBH e em Belo Horizonte.

2 Habitação e Necessidades Habitacionais

A habitação pode ser tida como uma *necessidade básica* para as famílias (WOORTMANN, 1980; VALENÇA, 2003). Isso ocorre, segundo Valença (2003), pois,

- todos dela necessitam sem poder dela prescindir;
- é um bem essencial para a reprodução social dos indivíduos (pobres e ricos);
- é o espaço privilegiado do cotidiano, no qual a maior parte das necessidades humanas são satisfeitas;
- é o local da convivência familiar, com os amigos – ponto de encontro –, onde os indivíduos se alimentam, dormem, descansam, cuidam da saúde e da higiene pessoal, da educação, da recreação etc.;
- é o espaço da intimidade, da vida privada;
- é também o espaço privilegiado do consumo de mercadorias. (VALENÇA, 2003, p. 166)

De outro modo, Bourdieu (2006), em seu livro "As Estruturas Sociais da Economia", menciona a importância da casa para as famílias. Segundo ele

a habitação é tanto um investimento econômico quanto afetivo. Ela é um grande investimento familiar, que no qual se investe um grande recurso financeiro, mas, por outro lado, deve refletir também as necessidades e gostos da família, não [...] podendo se dissociar desta.

Ainda, para ele a casa é "um projeto ou uma aposta coletiva sobre o futuro da unidade doméstica, quer dizer, sobre sua coesão, sua integração [...]" (p.39). Maia (2013) no mesmo sentido que Bourdieu afirma que a habitação tem diversos valores subjetivos, transmitindo a identidade de quem habita, bem como deve dar segurança, privacidade, liberdade ao seu morador. Assim, a habitação está diretamente associada à família que ali reside, e, além disso, a família só irá adquirir uma residência se esta refletir seus gostos e necessidades e, se concluir que a unidade doméstica deverá continuar a existir.

Os indivíduos têm diferentes necessidades na moradia e estas se modificam durante seu ciclo de vida e outros fatores, como sua classe social. De acordo com Bourdieu (2006) a origem social também "[...] contribui para estruturar as estratégias residenciais das famílias, mas unicamente através de um conjunto de mediações tais como tipo de aglomeração, momento do ciclo de vida, profissão e origem do cônjuge, etc." (p. 59). Bourdieu (2006), por exemplo, também aponta a importância da moradia – e das

condições de tamanho e adequação desta – para as decisões de um casal, como, por exemplo, de quando e de quantos filhos terão.

Turner (1971), também indica que a mobilidade habitacional varia de acordo com a classe social das famílias: as classes de renda média e alta têm mobilidade residencial maior que a classe pobre, de tal modo que as primeiras podem mais facilmente mudar de residência de acordo suas necessidades (ou seja, quando se casam, com o nascimento dos filhos ou com saída dos filhos de casa) que a última, principalmente porque a mobilidade também está associada à disponibilidade financeira das famílias para adquirirem ou trocar a moradia. Todavia, a troca de moradia nem sempre acontece quando as famílias passam por mudanças (se reduzem com a saída dos filhos, ou crescem com o nascimento dos filhos, por exemplo).

Às vezes esta inércia ocorre porque as famílias se sentem ligadas emocionalmente a habitação – o que pode estar associado à sensação de pertencimento que os moradores possam ter com ela (BOURDIEU, 2006) –, de tal modo que a habitação pode se tornar inadequada para o grupo familiar que ali reside, mas, ainda assim, os moradores não mudam de residência (SMITH, 1970). De outro modo, as famílias podem mudar de habitação sem que nada tenha ocorrido com ela, apenas pelo desejo de residir em uma habitação maior, de melhor qualidade ou em um bairro melhor ou para refletirem a sua mudança de classe social. Já que, conforme Bourdieu (2007), há bairros que podem ser visados pela classe média como adequados à ela, pelo status de serem bairros “tradicionais”, de quem mora ali ser de classe média. A mudança de classe social é uma motivação mais comum entre as classes populares: a modificação da habitação pode significar o sucesso de uma família, sua capacidade de perseverança mediante uma realidade desfavorável, é uma conquista para diversas famílias (MAIA, 2013).

Desta forma, as mudanças de residência podem estar dissociadas do ciclo de vida dos indivíduos. Isto também foi explicitado por Bradstetter e Heineck (2005) que afirmam que diversos teóricos apontam que o ciclo de vida é inadequado para explicar a mobilidade habitacional dos indivíduos, uma vez que a mudança habitacional pode ocorrer sem mudanças na vida dos indivíduos.

A partir disso, estudos indicam que a carreira habitacional seria uma forma mais adequada de entender os padrões de comportamento do mercado habitacional (BRADSTETTER; HEINECK, 2005). A carreira habitacional corresponde às mudanças de habitação que os indivíduos e suas famílias fazem ao longo da vida. Nesta linha de abordagem, a residência é vista como um bem de consumo, a qual deve satisfazer todas as necessidades dos indivíduos enquanto consumidores. As pessoas decidem mudar a partir do reconhecimento de um problema que faz com que a habitação não lhes seja adequada (ou a suas famílias), ou, a partir da ocorrência de eventos diversos (evento familiar como casamento, divórcio, saída da casa paterna etc.; eventos profissionais como transferência de cidade pelo trabalho etc.) que tornem a mudança necessária (BRADSTETTER; HEINECK, 2005). Assim, as pessoas podem mudar sem que ocorra eventos no ciclo de vida, e estas mudanças nem sempre são para residências melhores: as mudanças na carreira habitacional podem ser retrogradadas, no sentido de bairros de menor qualidade ou de retorno para o mercado de alugueis.

3Transição demográfica e mudanças na família no Brasil

Em relação à transição demográfica, tem-se que, no Brasil, já esta ocorrendo a queda da fecundidade, de tal modo que tem-se que a taxa de fecundidade total passou de 2,86, em 2000, para 1,86 filhos tidos ao fim do período fértil, em 2010 (ALVES; CAVENAGHI, 2012). Entretanto, segundo Martines e Alves (2011), o padrão da fecundidade brasileira ainda é jovem, ou seja, em média as mulheres têm filhos em idades mais jovens. A taxa de fecundidade também é diferenciada por quintil de renda, de forma que em 2009 as mulheres do primeiro quintil tinham 3,4 filhos e as do último um filho –em diferentes cidades, como as da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a idade está se aumentando para as diferentes rendas. Assim, “[...] ao contrário da ‘segunda transição demográfica da Europa’, a transição no Brasil se deu com um grande rejuvenescimento das taxas de fecundidade” (MARTINES; ALVES, 2011, p. 7). Mantendo-se esta dinâmica e adicionando a ela o aumento da esperança de vida, ao longo do tempo, isso resultará no aumento da concentração de renda da população e no encontro, na população de menor renda (ou escolaridade), de diferentes gerações, o que pode diversificar ainda mais os arranjos domiciliares e as necessidades habitacionais.

Em relação às mudanças de gênero no mercado de trabalho, as mulheres atualmente tem uma participação maior na população economicamente ativa (PEA) de mais de 11 anos de estudo que os homens, além de terem um maior nível de escolaridade que os últimos (ALVES; CAVENAGHI, 2012), o que também foi observado por Borges (2006) para as regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, de modo que segundo Borges não houve mudança nas taxas de participação masculina (entre 1995 e 2004), mas houve nas femininas. A participação feminina no mercado de trabalho tanto ocorre devido a mudanças na sociedade, mas também devido a necessidade das famílias, pois, o trabalho das mulheres geram uma renda extra – ou a principal renda –, muito necessária ao orçamento familiar.

Segundo Alves e Cavenaghi (2012), o Brasil está saindo de uma estrutura etária jovem para uma estrutura etária adulta, com isso, as taxas de dependência atuais são menores do que em épocas passadas e futuras também. Assim, este cenário deve se modificar progressivamente, e, a partir de 2030, o cenário será de aumentos crescentes do percentual idoso da população.

Já em relação ao tamanho dos domicílios, Alves e Cavenaghi (2012, p.1), o que também é mencionado por Martines e Alves (2011), apontam que “cresce o número de domicílios com cinco ou mais cômodos e diminui o número médio de pessoas em cada moradia, ao mesmo tempo em que se reduz o tamanho das famílias e aumenta a diversidade dos arranjos familiares”. Ou seja, Alves e Cavenaghi mostram que, apesar de haver uma redução no número médio de pessoas por moradia, que a diversidade dos arranjos habitacionais tem ampliado.

Já o debate da família, verifica-se que, historicamente, a família brasileira passou de um arranjo patriarcal para as famílias nucleares (ou tradicionais). Hoje, no entanto, com o aumento da proporção de divórcios, está ocorrendo a diversificação dos arranjos familiares, com o aumento

4Região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com foco no município de BH – breve visão geral das características demográficas, de moradia e dos arranjos domiciliares

Nesta seção utilizou-se dados do Censo Demográfico de 1980 a 2010e, dos capítulos dois, sete e oito do livro “Belo Horizonte: Transformações da Ordem Urbana”, organizado por Andrade, Mendonça e Diniz (2015). Em relação às mudanças demográficas, Fernandes e Canettieri (2015, p. 114) mencionam que “o processo de transição demográfica observado na Região Metropolitana de Belo Horizonte espelha o que vem ocorrendo em outras regiões do país”.

Ainda, estes autores observaram que a queda da fecundidade (que reduz a base da pirâmide etária) ocorre para toda BH, mas esta ocorreu antes nas áreas denominadas de “classe alta” e “média alta” do que nas de “classe baixa” e “média baixa”. Complementarmente, a proporção de mulheres idosas na “classe alta” e “média alta” é maior que nas demais categorias. Ou seja, o estudo mostra que as regiões da cidade que são consideradas de classe alta e média alta ficarão envelhecidas mais rapidamente que as áreas populares e de classe média baixa.

Porém, em 2000, a taxa de fecundidade atingiu um nível abaixo da reposição, em Belo Horizonte, também na classe mais baixa (o que foi sustentado em 2010). Em 2010 esta queda se generalizou para os demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo o estudo. Deste modo, tem-se que, além desta população também passar pelo envelhecimento de sua estrutura etária, este ocorrerá mais rapidamente também para ela e, com um efeito perverso: haverá muito menos jovens (e pessoas em idade ativa) proporcionalmente ao número de idosos. Isso fará com que o desafio das políticas públicas de assistência social, voltadas para esta população, seja muito maior, pois, a proporção de familiares que sejam possíveis cuidadores de idosos será ainda menor.

Castro, Lacerda e Knup (2015)⁴ mostram que de 2000 para 2010, na região metropolitana de BH, houve um declínio na posição dos casamentos em relação aos demais estados civis, o que acompanha a tendência brasileira e mineira. A maior mudança foi o aumento na taxa de divorciados na população, de tal modo que, segundo os autores,

pressupõe-se que o crescimento da proporção de divorciados decorre das mudanças nas relações de gênero que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas com a inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento da sua escolaridade e mudanças no código civil que facilitaram os processos de divórcio, eliminando as fases de desquite e da separação judicial. (CASTRO; LACERDA; KNUP, 2015, p.269)

Ainda, de acordo com Castro, Lacerda e Knup (2015), foi observada a continuidade do aumento da proporção de domicílios unipessoais, conforme já tinha sido observado em décadas anteriores – como também foi observado para o Brasil. Contrariamente, houve a redução do percentual de famílias nucleares com filhos (TAB. 5.19), como também ocorreu no Brasil. Aconteceu também a redução do tamanho das famílias, com redução do número médio de filhos e aumento do número de famílias com até quatro pessoas – e redução daquelas com mais de quatro pessoas. Complementarmente, houve um aumento

⁴ Capítulo 8 do livro “Belo Horizonte: transformando a ordem urbana”.

na proporção de famílias sem filhos (com e sem parentes). Desta forma, os arranjos familiares em Belo Horizonte e na RMBH estão menores e mais diversificados, como no Brasil.

Tabela 5.19 – Distribuição de domicílios, segundo arranjo familiar. Belo Horizonte ,2000 e 2010

	2000 (%)	2010 (%)
Casal sem filho(s)	6,5	9,7
Casal sem filho(s) e com parente(s)	1,1	1,6
Casal com filho(s)	58,1	53
Casal com filho(s) e com parente(s)	7,9	6,2
Mulher sem cônjuge e com filho(s)	15,1	13,9
Mulher sem cônjuge e com filho(s) e com parente(s)	4,9	5,2
Homem sem cônjuge e com filho(s)	1,5	1,7
Homem sem cônjuge e com filho(s) e com parente(s)	0,5	0,7
Outro	4,5	8

Fonte: Castro, Lacerda e Knup (2015), a partir dos dados de IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Como mostrado na TAB. 5.19, em Belo Horizonte, houve uma redução na proporção de famílias monoparentais femininas sem parentes. O mesmo também ocorreu no Brasil, conforme mostrado na TAB. 5.9. Entretanto, diferentemente do Brasil, houve aumento no percentual de famílias monoparentais femininas com parentes (um tipo de família extensa). De modo geral, em Belo Horizonte como ocorreu no Brasil, houve aumento na proporção de famílias com responsável mulher.

De forma complementar à TAB. 5.19, a TAB. 5.20 mostra a proporção, em cada tipo de arranjo domiciliar, dos domicílios com idosos. Ela também exhibe a evolução dos arranjos domiciliares para a população total de Belo Horizonte.

Tabela 5.20 – Distribuição de domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar e presença de idosos no domicílio. Belo Horizonte, 1980 – 2010¹

	% famílias com idosos				% famílias total			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Domicílio unipessoal	2,1	3,0	4,0	6,1	1,3	1,9	3,1	4,6
Família nuclear sem filhos	3,6	4,9	6,2	8,5	3,6	4,2	5,4	7,8
Família nuclear com filhos	22,1	23,6	23,3	22,9	52,0	52,0	49,9	43,8
Família monoparental	7,4	9,2	10,7	11,0	7,3	9,0	11,3	12,0
Família extensa (com parentes)								
Família nuclear com filhos	25,9	25,2	22,5	17,5	12,6	12,6	12,0	10,3
Família nuclear sem filhos	1,9	1,8	2,2	2,6	0,9	0,8	0,9	1,3
Família monoparental	9,9	12,5	15,4	12,6	4,1	5,9	7,4	6,9
Família composta (com parentes e não parentes)								
Família nuclear com filhos e não parentes	4,9	2,5	1,4	1,0	7,8	4,8	2,3	1,3
Família nuclear sem filhos e outros parentes	1,3	1,0	0,5	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2
Família monoparental com não parentes	2,8	2,9	3,1	4,2	1,5	1,6	1,7	2,1
Família nuclear com filhos, parentes e não parentes	6,6	3,1	1,0	0,7	2,7	1,3	0,5	0,3
Família nuclear sem filhos, com parentes e não parentes	0,6	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Família monoparental, com parentes e não parentes	2,2	1,6	1,0	0,6	0,7	0,6	0,4	0,3
Família sem núcleo (responsável com parentes e/ou não parentes)	8,6	8,6	8,4	11,8	4,7	4,9	4,9	8,7
% total de famílias	17,9	21,0	23,5	27,9	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 – dados trabalhados.

Nota: (1) utilizou-se a classificação de Oliveira, Miranda-Ribeiro e Longo (2012).

Como no Brasil, houve entre 1980 e 2010 um aumento do percentual de domicílios com idosos em Belo Horizonte. Em 1980 estes estavam em 17,9% dos domicílios belorizontinos. Já em 2010 este percentual foi para 27,9%, ou seja, um aumento de 10 pontos percentuais. É importante também destacar que houve, em geral, uma redução – tanto na população total quanto nos domicílios com idosos – de arranjos familiares compostos e extensos. A família sem núcleo, contrariamente, passou a ser mais representativa nos arranjos, assim como os domicílios unipessoais, as famílias nucleares sem filhos e as monoparentais. Do mesmo modo que mostrado na tabela anterior, apesar de ter tido redução na sua relevância, em relação aos outros arranjos, as famílias nucleares tradicionais continuam a ser o arranjo predominante.

Os fatores motivadores para as mudanças nas famílias, em Belo Horizonte e na RMBH, segundo os autores, foram a transição demográfica, com a queda da fecundidade e o envelhecimento da estrutura etária e as mudanças de nupcialidade. Ainda, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a divisão da responsabilidade pela família também motivou mudanças na responsabilidade pelos arranjos. Estes também foram os motivadores das mudanças no Brasil, ou seja, Belo Horizonte acompanha as mudanças

que vem ocorrendo no país. Complementarmente, Castro, Lacerda e Knup (2015, p.292), afirmam que “o ritmo acelerado da urbanização, com o aumento da população e sua expansão para a periferia leva as famílias a optarem pela convivência em uma única habitação, sugerindo que o mercado imobiliário não acompanha o ritmo do crescimento e do adensamento”, ou seja, não consegue suprir toda a demanda habitacional.

Em relação a inserção de idosos em domicílios próprios, alugados e cedidos, tem-se a TAB. 5.21.

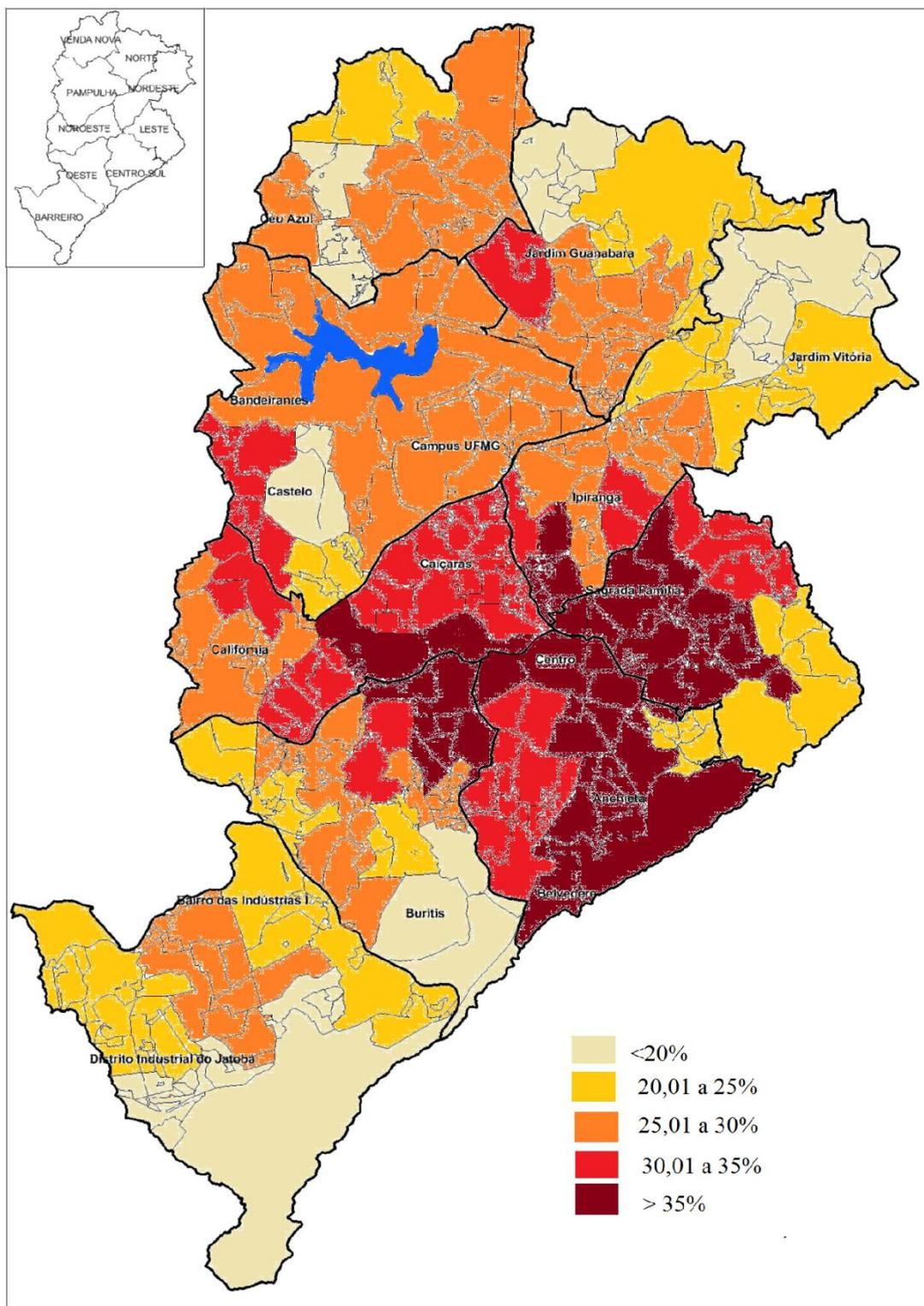
Tabela 5.21 – Distribuição de domicílios, segundo presença de idosos e condição da ocupação. Belo Horizonte, 1980 - 2010

	1980		1991		2000		2010	
	sem idoso	com idoso						
Próprio	64,1	76,0	71,6	84,3	73,6	88,2	70,1	87,5
Alugado	28,8	19,0	20,3	11,6	17,9	8,3	22,1	9,1
Cedido	7,1	5,0	8,2	4,1	8,5	3,5	7,9	3,4
% total de domicílios	82,1	17,9	79,0	21,0	76,5	23,5	72,1	27,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 – dados trabalhados.

A partir da TAB. 5.21 examina-se que, como no Brasil, que a proporção de domicílios próprios com idosos, em todos os anos, é maior que a de domicílios próprios sem idosos. Ainda, esta proporção se ampliou continuamente até 2000, mas caiu um pouco entre 2000 e 2010. Mas de todo modo esta proporção é alta, de tal modo que quase 90% dos idosos belorizontinos vivem em domicílios próprios, percentual este pouco superior que na população brasileira. Podemos deduzir deste percentual a importância atribuída pela população à moradia própria, sobretudo, pela população mais idosa. A concentração de domicílios com idosos, em 2010, na cidade de Belo Horizonte, pode ser vista pelo Mapa 5.1.

Mapa 5.1 – Distribuição dos domicílios com idosos. Belo Horizonte, 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 – dados trabalhados.

A partir do Mapa 5.1 verifica-se que há uma maior proporção de domicílios com idosos, em Belo Horizonte, nas regiões Centro-Sul da capital, que são regiões mais antigas e com maior concentração de comércio e serviços. Dentre as partes vermelhas (regiões que possuem entre 30 e 35% de domicílios com idosos) está o Alto Vera Cruz, uma das

vilas que foram feitas diversas entrevistas. Já dentre as áreas com menor proporção de domicílios com idosos encontram-se áreas novas, de ocupação mais recente, como o Castelo e o Buritis. Isto pode indicar uma aversão das pessoas a mudar de residência de tal modo que preferem ficar em locais de ocupação mais antiga, nos quais já residem a mais tempo e que possuam infraestrutura, comércio e serviços mais consolidado.

Outro ponto importante de se verificar é o adensamento dos domicílios e o número médio de banheiros. Estes dois indicadores servem como indicativos da qualidade de vida da população, já que quanto mais adensados forem os dormitórios, menor a privacidade e a qualidade de vida dos moradores, do mesmo modo que um menor número de banheiros. Ainda, o número de banheiros é uma *proxy* do capital social dos moradores. Estes indicadores podem ser vistos na TAB. 5.22.

Tabela 5.22 – Distribuição de domicílios, segundo presença de idosos e renda domiciliar per capita. Belo Horizonte, 1980 a 2010

	Adensamento médio de dormitórios				Número médio de banheiros		
	1980	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sem idoso	2,8	2,4	2,1	1,6	1,4	1,5	1,6
0 a 3 SM	3,1	2,6	2,2	1,7	1,2	1,4	1,3
3 a 10 SM	1,7	1,6	1,4	1,1	2,3	2,9	2,3
Mais de 10 SM	1,5	1,5	1,3	1,1	3,0	3,2	2,8
Com idoso	2,2	2,0	1,8	1,3	1,6	1,8	1,9
0 a 3 SM	2,4	2,1	1,8	1,4	1,3	1,6	1,6
3 a 10 SM	1,6	1,5	1,4	1,1	2,3	3,0	2,5
Mais de 10 SM	1,4	1,4	1,4	1,1	3,1	3,7	3,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 – dados trabalhados.

Do mesmo modo que na população brasileira, pode-se perceber pela análise da TAB. 5.22, uma redução no número de pessoas por dormitório. Tanto nos domicílios com idosos quanto nos sem idosos. É importante também verificar que houve uma convergência no adensamento dos domicílios com idosos e os sem idosos. O menor adensamento pode ser positivo, em virtude de que os moradores passam a ter uma maior privacidade no interior de seus domicílios, porém, na medida em que isso significa menos pessoas coabitando também pode significar – sobretudo no nível de renda mais baixa – uma proporção menor de possíveis cuidadores de seus parentes idosos.

Já o número médio de banheiros no domicílio oscilou, mas de 1991 para 2010 houve um aumento do número médio de banheiros nos domicílios de menor renda, mostrando, então, uma melhora da habitação das pessoas de renda mais baixa. Já as outras faixas de renda não houve grandes alterações.

Já em relação a moradia, segundo Mendonça, Costa e Borges (2015, p. 239)⁵ “até meados da década de 1990 a produção de moradias tinha como produto final basicamente o *apartamento*” – que cresceu de forma concentrada, na década de 1980, no município polo da região metropolitana, também em decorrência do BNH, que foram construídos em áreas da região norte e oeste, periféricas à Belo Horizonte

⁵ Capítulo 7 do livro “Belo Horizonte: transformando a ordem urbana”.

(MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015). “As *casas* constituíam um padrão majoritariamente resultante da autoprodução.” (p.239). Também de acordo com estes autores, a partir da década de 1990 começou a se construir casas em condomínio para população de mais alta renda e, mais recentemente, houve a intensificação da produção de apartamento para a população de renda mais baixa a partir do programa Minha Casa Minha Vida. Em relação a proporção de apartamentos na região metropolitana os autores afirmam que estes estavam concentrados em Belo Horizonte de tal modo que “em 1991, 84,5% dos apartamentos da região metropolitana, 12 – destes, 73% estavam concentrados em 17 unidades espaciais que compõem a área central e sua vizinhança imediata (MENDONÇA, 2002)”. A evolução das moradias do tipo apartamento ao longo da década de 1990 e início da de 2000 foi mais voltada para a classe média – e superiores –, “levando ao espraiamento destas categorias pela região pericentral metropolitana” (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015, p. 241)

Ainda de acordo com o texto, em meados do ano 2000 na Região Metropolitana de Belo Horizonte começou a se construir habitação social *de mercado*, produzindo-se predominantemente moradias do tipo apartamento. É importante também observar, conforme mencionado pelos autores, que “o aumento da participação dos apartamentos no conjunto das moradias se concentrou em Belo Horizonte, Betim e Contagem. Estes três municípios concentraram também 64% dos novos domicílios da RMBH em 2010” (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015, p. 237-238). Ainda, de acordo com os autores, de 1990 para 2005 o número de apartamentos em BH quase dobrou, sendo a grande produção dirigida para a classe média – de acordo com os Censos, houve um aumento de 170.321 unidades do tipo apartamento de 1991 para 2010. Compila-se a seguir a TAB. 5.23 que descreve a evolução da distribuição dos domicílios, segundo tipo, para os municípios da RMBH.

Tabela 5.23 – Distribuição dos domicílios, segundo o tipo, por município, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1991 - 2010.

	Casa (%)			Apartamento (%)			Cômodo (%)			Total (100%) (em números absolutos)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Baldim	99,6	98,9	99,2	0,2	0	0,4	0,2	1,1	0	1.996	2.215	2.538
Belo Horizonte	75,6	71,5	65,3	23,6	26,9	33,1	0,8	1,7	1,4	500.063	628.334	762.136
Betim	96,6	92,7	91,1	3,2	6	8,1	0,3	1,3	0,7	38.314	78.479	112.589
Brumadinho	99,5	98,2	97,9	0,2	0,5	0,8	0,4	1,3	1,3	4.552	7.180	10.561
Caeté	99,7	99,4	99,4	0	0	0,3	0,3	0,6	0,3	7.355	9.266	11.819
Capim Branco	100	99,5	99,6	0	0	0,4	0	0,5	0	1.582	2.051	2.649
Confins (***)	98	98,5	98,5	-	0,4	1,2	-	1,6	0	-	1.248	1.689
Contagem	85	84,6	80,6	14	13,8	17	1	1,6	2,3	106.576	143.216	184.909
Esmeraldas	99,5	98,5	97,8	0,3	0,6	1	0,1	0,9	0,9	5.509	11.985	17.506
Florestal	100	99,2	99,5	0	0,3	0,5	0	0,4	0	1.225	1.558	2.034
Ibirité	99,3	96,3	95,6	0,5	0,5	2,1	0,2	3,2	2,2	20.621	33.721	46.237
Igarapé	98,5	97,6	98,6	1,5	1,4	1,2	0	1	0	5.923	6.374	10.356
Itaguara	99,3	98,8	96,2	0,7	0,7	3,3	0	0,6	0,3	2.615	3.168	3.982
Itatiaiuçu	100	99,4	99,8	0	0,6	0,2	0	0	0	1.790	2.289	3.078
Jaboticatubas	99,9	99,7	98,5	0,1	0	0,9	0	0,3	0,4	2.918	3.506	5.396
Nova União	100	100	97,8	0	0	0,2	0	0	0	1.040	1.363	1.647
Juatuba (***)	96,6	98,5	98,5	-	1	0,6	-	2,4	0,4	-	4.331	6.788
Lagoa Santa	98,7	96,5	97,4	1,2	1,7	1,9	0,1	1,8	0,7	6.880	9.859	15.737
Mário Campos (***)	98	98,7	98,7	-	0,3	0,3	-	1,6	0,9	-	2.698	3.869
Mateus Leme	99,9	98,2	98,1	0,1	1	1,7	0	0,8	0,3	6.315	6.494	8.569
Matozinhos	99,6	96,7	97,2	0,3	0,8	2,3	0,1	2,4	0,5	5.222	7.585	9.874
Nova Lima	97,9	97,1	95,1	1,6	1,9	4,5	0,5	0,9	0,4	11.977	16.759	24.187
Pedro Leopoldo	96,6	92,8	92,6	3,4	4,4	6,9	0	2,8	0,3	9.663	13.938	17.500
Raposos	99,2	98	99,4	0,8	0	0,2	0	2	0,3	3.104	3.511	4.379
Ribeirão das Neves	98,4	92,5	96,3	1,2	5,3	2,6	0,3	2,2	1	31.306	61.969	85.171
Rio Acima	100	96,8	99,3	0	0	0,5	0	3,2	0,2	1.549	1.926	2.635
Rio Manso	100	99,1	99,6	0	0	0	0	0,9	0	1.109	1.258	1.691
Sabará	97,5	94,6	94	2,2	3,1	5,3	0,3	2,3	0,6	2.084	29.295	36.459
Santa Luzia	91,5	91,3	89,2	8,5	6,9	10,4	0	1,8	0,4	30.514	46.737	58.313
São Joaquim de Bicas (***)	98,8	97,3	97,3	-	1	2,1	-	0,2	0	-	4.675	6.772
São José da Lapa (***)	97,9	99,4	99,4	-	0,2	0,3	-	1,9	0,2	-	3.834	5.651
Sarzedo (***)	93,3	98,7	98,7	-	0,1	0,3	-	6,6	0,9	-	4.419	7.331
Taquaraçu de Minas	100	99,2	99,9	0	0	0	0	0,8	0,1	763	919	1.164
Vespasianos	89,6	91,2	94	9,8	6,7	5,2	0,6	2,1	0,7	12.100	19.164	29.797
Total	82,8	80,9	78	16,6	17,3	20,6	0,6	1,7	1,3	842.665	1.175.324	1.505.013

Fonte: Mendonça, Costa e Borges (2015), a partir dos dados de IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nota: (1) estão presentes todos os municípios que compunham a RMBH em 2010; (2) foram considerados apenas os domicílios particulares; (*) são municípios que não compunham a RMBH em 1991 ou ainda não haviam sido emancipados.**

A TAB. 5.23 mostra que houve, nas duas décadas analisadas, um aumento do percentual de apartamentos em praticamente todos os municípios da RMBH, em detrimento da proporção de residências do tipo casa, mas, sobretudo, na última década. Esta tipologia esconde várias precariedades, como casas em vilas e favelas, bem como saneamento e outras inadequações (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015).

O texto também traz um panorama geral da precariedade habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, obtido a partir dos dados de estudo do Centro de Estudos da Metrôpole (CEM), que contempla dados de 1991 e 2000 e, do Censo Demográfico de 2010. O Censo trabalha com a categoria de aglomerados subnormais⁶, que é considerado uma *proxy* para vilas e favelas. O estudo do CEM (MARQUES, 2007

⁶Segundo o IBGE (2011) os aglomerados subnormais são um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

apud MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015) estimou em 214.091 domicílios em assentamentos precários (16,98% do total), que abrigavam 852.659 pessoas, em um total de 18,3% dos moradores da região. Em Belo Horizonte estava localizado cerca de metade desta população (aproximadamente 400 mil pessoas). Em 2010, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010) a população de aglomerados subnormais de Belo Horizonte era de 307.038 pessoas.

É importante ressaltar que de 2000 para 2010 houve mudanças de metodologia e possíveis remoções de assentamentos precários, o que fez com que alguns setores subnormais desaparecessem ou passassem a ser considerados normais. No entanto, apesar disso, o texto mostra que houve aumento no número de setores normais e subnormais nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, São Jose da Lapa e Vespasianos, de modo que em Santa Luzia 21% dos novos domicílios construídos entre 2000 e 2010 eram em aglomerados subnormais e, em Belo Horizonte, este incremento foi de 16,6% (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015). A partir da TAB. 5.24 se consegue verificar esta evolução nos setores censitários. A combinação da redução da população de Belo Horizonte em aglomerados, com o aumento dos setores censitários deve ter como consequência o número médio menor de pessoas por domicílios em aglomerados subnormais também.

Tabela 5.24 – Tipo de setor do domicílio por município na RMBH – 2000 e 2010

Município/ano/setor	2000		2010		Razão 2010/2000	
	Normal	Sub-normal	Normal	Sub-normal	Normal	Sub-normal
Belo Horizonte	563.547	67.079	673.785	88.290	1,20	1,32
Betim	68.833	10.189	99.556	13.035	1,45	1,28
Contagem	129.217	14.573	168.065	16.774	1,30	1,15
Esmeraldas	12.144	0	17.014	509	1,40	
Ibirité	29.574	4.354	41.275	4.964	1,40	1,14
Ribeirão das Neves	59.376	2.844	81.016	4.119	1,36	1,45
Sabará	27.188	2.231	35.086	1.393	1,29	0,62
Santa Luzia	44.292	2.642	53.293	5.039	1,20	1,91
São José da Lapa	3.843	0	5.486	161	1,43	
Vespasianos	15.234	4.056	23.995	5.795	1,58	1,43
Total	953.248	107.968	1.198.571	140.079	1,26	1,30

Fonte: Mendonça, Costa e Borges (2015), a partir dos dados de IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Já em relação à localização espacial na RMBH tem-se que,

os assentamentos precários⁷ e aglomerados subnormais, como seria de se esperar, se concentraram espacialmente nos municípios conturbados ou mais próximos à Belo Horizonte, particularmente naqueles onde o processo de expansão periférica, via produção de grandes conjuntos habitacionais e loteamentos populares foi mais intenso em décadas anteriores (COSTA, 1994), [...] com destaque para

⁷Os assentamentos precários incluem uma série de assentamentos com precariedades diversas, como loteamentos irregulares, clandestinos, favelas e cortiços, dentre outros. (MARQUES, 2007 *apud* MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015)

Contagem e Betim. Mas há também aqueles municípios de pequeno porte na RMBH que não contemplam setores subnormais (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015, p. 249)

Nos setores precários e subnormais as condições socioeconômicas e outros indicadores de precariedade são piores que no restante da RMBH – apesar dos indicadores ainda serem melhores que no Brasil –, como os de coleta de esgoto e lixo e, abastecimento de água. Assim, por exemplo, em 2000, enquanto o percentual de domicílios em setores subnormais da RMBH que não tinham coleta de esgoto ou fossa séptica era de 26%, no Brasil este percentual era de 38,67% (MARQUES, 2007 *apud* MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015). Ou seja, a situação de precariedade nos setores subnormais da RMBH – e mesmo a situação socioeconômica de seus habitantes – é melhor se comparada aos índices encontrados para o Brasil.

Ainda, apesar de parecer que os domicílios de assentamentos subnormais de Belo Horizonte têm se tornado menos denso – como também ocorre com os domicílios da cidade formal, conforme mostrado anteriormente –, o número médio de pessoas nestes é superior a três, conforme pode ser visto a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 (TAB. 5.25). Na TAB. 5.25 se fez uma síntese das características dos aglomerados subnormais de Belo Horizonte, em termos de número de domicílios, população residente, média de moradores por domicílio, proporção de domicílios em aclave – que são aqueles que o acesso é mais difícil –, e proporção de residências com mais de dois pavimentos – o que indica quão adensada é a vila ou a favela.

Tabela 5.25 – Número de domicílios particulares, população residente em aglomerados subnormais, média de moradores por domicílio, proporção de domicílios em aclave e com dois ou mais pavimentos – Belo Horizonte, 2010

	Número de domicílios particulares ocupados	População residente	Média moradores por domicílio	% domicílios em aclave	% domicílios com 2 ou mais pavimentos
Belo Horizonte	87.763	307.038	3,50	82,7	38,7
Barreiro	9.322	32.951	3,53	70,2	41,0
Barreiro Oeste	194	618	3,19	66,5	0,0
Centro-Sul	14.382	51.036	3,55	99,5	98,2
Leste	13.325	47.611	3,57	91,7	17,6
Nordeste	2.049	7.147	3,49	34,7	55,5
Noroeste	9.582	33.179	3,46	80,9	0,0
Oeste	19.625	67.075	3,42	88,0	46,4
Pampulha	2.052	7.233	3,52	64,4	8,1
Venda Nova	17.232	60.188	3,49	71,7	19,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 – dados trabalhados.

A partir da análise da TAB. 5.25 examina-se que são as vilas e favelas da região Leste que possuem a maior média de moradores por domicílio. As vilas e favelas desta região também contemplam grande parte dos domicílios em aclave (91,7%), o que é um grande problema para muitos idosos. Agora, são nas vilas e favelas da região Centro-Sul da capital que praticamente todos os domicílios estão em aclives e que tem também o

maior percentual de residências com dois ou mais pavimentos, mostrando-se então, uma região mais adensada. Esta é a região da cidade de maior valorização imobiliária e com muita centralidade em termos de comércio e serviços. Nela há a presença de vilas e favelas, porém, dado a valorização da região, especialmente, elas acabaram por se localizar em terrenos de maior declividade e não tão valorizados pelo mercado (na época da constituição delas).

Deste modo, não só a cidade formal cresceu, mas também as vilas e outros assentamentos precários da capital e das cidades limítrofes à ela, de tal forma que o crescimento dos domicílios em setores subnormais na última década – na capital, em Santa Luzia e em Ribeirão das Neves – foi superior ao crescimento da cidade formal. Ressalta-se que, possivelmente, isso ocorreu de forma espacialmente diversa: enquanto em Belo Horizonte o crescimento do número de setores subnormais deve ter ocorrido, sobretudo, com o adensamento de vilas, favelas e loteamentos; nos municípios de Ribeirão das Neves e Santa Luzia isso deve ter ocorrido com a expansão destes municípios – que pertencem ao vetor Norte de expansão da RMBH, que foi contemplado na última década com diversas obras de infraestrutura e com a ida da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais para a região. Sobre o processo de desenvolvimento da Região Metropolitana, Mendonça, Costa e Borges (2015, p. 254) ressaltam:

Os vários Planos Municipais de Regularização Fundiária, elaborados ao longo dos últimos anos na RMBH, são exemplos contundentes da abrangência da irregularidade e, em grande medida, também da precariedade urbanística, habitacional, fundiária e ambiental que marcam os processos de produção do espaço metropolitano. [...] O permanente adensamento construtivo das periferias tradicionais – subdivisão de lotes, construção de novas habitações e novos pavimentos, ocupação de áreas públicas e coletivas – é perceptível nas análises de imagens aéreas e [...] na permanência das elevadas taxas de crescimento demográfico nos municípios periféricos da RMBH.

Complementarmente, algumas destas periferias vêm se transformando, de tal modo que estas vêm sendo ocupadas por empreendimentos imobiliários formais, dedicados as faixas de renda baixa e média, verticalizados ou condominiais (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015). Estes processos reforçam ou criam novas centralidades, bem como a necessidade de equipamentos públicos e áreas de lazer.

Os autores Mendonça, Costa e Borges (2015) mostram também que na RMBH, entre 1991 e 2010, houve aumento do percentual de domicílios próprios de 71,5% para 75,4%, ou seja, muito semelhante à encontrada para o Brasil. Salienta-se, entretanto, que não se sabe as características destes domicílios, se são em setores formais ou informais, em domicílios adequados ou não. Por outro lado, eles verificaram que houve uma redução no comprometimento da renda com aluguel, o que é importante, tendo em vista que quanto mais a renda for comprometida, menor é a disponibilidade das famílias para outros gastos importantes à sobrevivência destas, como com a alimentação. Assim, de um modo geral, houve uma melhoria na situação habitacional das famílias. Entretanto, houve também o adensamento das vilas e favelas tradicionais por um lado e, por outro, a dispersão espacial⁸ da população por áreas antes não ocupadas, ou seja,

⁸Esta dispersão tem também ocorrido em outras metrópoles (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015).

nãose sabe se, ao adquirir a moradia própria, as famílias conseguiram manter-se próximas de suas redes de *sociabilidade* e *solidariedade* – formadas por parentes, vizinhos e amigos – e em habitações adequadas às suas necessidades.

Ainda se considerar que o Programa Minha Casa Minha Vida, que se iniciou em 2009, na RMBH produziu, sobretudo, residências do tipo apartamento – em Belo Horizonte, apesar de ter sido contratado 3.215 unidades habitacionais, até dezembro de 2012, nenhuma havia sido entregue (MENDONÇA; COSTA; BORGES, 2015). Em contrapartida, em outros municípios – no qual o preço da terra era mais baixo, o que pode ter contribuído para a espacialização da população – foi possível a implantação deste programa, com a consequência de disseminar esta tipologia de moradia – para classe média e baixa – em cidades da região metropolitana que até então prevaleciam moradias do tipo casa.

Deve-se ressaltar também que Belo Horizonte teve uma ampliação de sua verticalização, de tal modo que, acredita-se que a tendência para a cidade de BH – e grande parte da região metropolitana – é de ampliação de residências do tipo apartamento. Deve-se destacar que este tipo de moradia (apartamento), nas classes mais baixas, em geral, não conta com elevadores e, como será visto no próximo capítulo, subir escadas e ladeiras é uma das maiores dificuldades encontradas por idosos em suas habitações.

Em síntese, Mendonça, Costa e Borges, (2015, p. 259-260) mencionam que “a intensificação da produção habitacional na RMBH na última década e sua expansão para segmentos de menor renda parecem não ter produzido impactos positivos sobre os tradicionais espaços periféricos da região metropolitana”, o que pode agravar a fragmentação socioespacial do território metropolitano, mantendo o quadro de periferização e as desigualdades socioeconômicas hoje presentes.

6 Considerações finais

Durante as análises foi apontada uma redução no tamanho dos arranjos e aumento na variedade de arranjos, como foi observado para o Brasil por Alves e Cavenaghi (2012). Em Belo Horizonte, além disso, notou-se também uma redução na proporção de arranjos que contemplavam parentes e não parentes. Em 2010, as famílias biparentais com filhos ainda são maioria, tanto no Brasil quanto em Belo Horizonte. O número médio de filhos também se reduziu, em todos os arranjos familiares, sobretudo, após 2000. Além disso, houve o aumento da idade média dos responsáveis pelos domicílios – e também houve o aumento da proporção de famílias com idosos –, o que é um indicativo do envelhecimento da população, mas também pode indicar, no caso do aumento da idade média, o adiamento da idade de saída da casa paterna para formação de novos domicílios.

Sobre as distribuições etárias das famílias, por condição de ocupação, verificou-se que o envelhecimento populacional está refletindo no envelhecimento das estruturas etárias e pode estar sendo ajudado pelo adiamento da saída dos filhos de casa. Este fenômeno está ocorrendo nos domicílios próprios, mas também nos alugados e nos cedidos.

Em relação à distribuição dos idosos pela cidade de Belo Horizonte verificou-se que há uma maior proporção de domicílios com idosos na região Centro-Sul da capital, que são

locais mais antigos, com infraestrutura de serviços e comércio mais consolidada. E, por outro lado, os bairros mais novos possuem um percentual de domicílios com idosos menor, o que também indica certa aversão dos idosos a mudanças de residência e preferência por locais tradicionais ou que já estejam acostumados. Assim, regiões como a do Alto Vera Cruz, uma favela da região leste já mais consolidada também tem uma grande proporção de domicílios com idosos. No entanto, com o passar do tempo, e com as pessoas moradoras dos novos bairros envelhecendo, esta situação pode mudar.

Ainda, estudos mostraram que houve uma expansão (periferização) da cidade e da região metropolitana de Belo Horizonte, de tal modo que a cidade e a região metropolitana se expandiram e ainda se expande, em direção a periferia. Com isso, tem-se que grande parte da produção habitacional para população de renda baixa e média-baixa vem ocorrendo em regiões limites da cidade – como é o caso do bairro Granja de Freitas, onde esta se concentrando parte das construções do programa MCMV que ocorre dentro de Belo Horizonte – e, em municípios vizinhos que, na última década, vem também passando por um processo de verticalização.

Igualmente, os aglomerados subnormais da capital cresceram em número de setores censitários, ou seja, se adensaram em termos de construção – mas com uma redução de sua população por domicílio. Os aglomerados mais adensados são aqueles mais antigos e se concentram nas regiões Leste, Centro-Sul, Oeste e Venda Nova. As três primeiras regiões, além de serem regiões mais centrais e que concentram comércio e serviços, são também regiões que concentram um percentual maior de domicílios com idosos e, também, apresentam grande parte de suas moradias em acíves.

As ladeiras e escadas são apontadas pelas pessoas com sessenta anos ou mais como uma grande dificuldade que elas têm no dia a dia, como mencionado por estudos sobre condições de vida de pessoas idosas. Assim, os acíves podem então prejudicar fortemente a população idosa – inclusive das favelas – que, será proporcionalmente cada vez maior, como consequência do processo de transição demográfica. E as famílias serão cada vez menores. Esses fatores associados, na população de baixa renda, na qual os cuidadores de idosos são em geral da própria família – dada a inexistência de políticas públicas neste sentido – devem resultar na necessidade de novas políticas públicas, já que pode não haver familiares que cumpram o papel de cuidadores. Outro ponto é o local de moradia das famílias. Em geral, a população de menor renda, como estratégia de sobrevivência, opta por residir próximo a familiares.

A redução das famílias e o programa MCMV tem o mesmo impacto na conjuntura de envelhecimento da população e redução das famílias: como os beneficiários do programa são escolhidos via sorteio e, como não é considerada a importância dos parentes, amigos e vizinhos antigos (redes de sociabilidade e solidariedade), que se apoiam e auxiliam mutuamente em momentos de emergência e de necessidade, como para cuidar de idosos e crianças, o resultado então será de que as pessoas mais dificilmente terão elementos destas redes morando no mesmo conjunto que eles, o que deverá ampliar as necessidades de política pública voltadas ao cuidado de idosos.

REFERENCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. Caxambu: Trabalho apresentado no I

Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de setembro, 2004.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: *Demográficas*, ABEP, n. 3. 2006. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas3/demographicas3_completo.pdf>Acesso: 01 de ago. de 2012

ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (ed.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles ; Belo Horizonte, MG : PUC-Minas, 2015. Disponível em:

<<http://transformacoes.observatoriodasmetrolopes.net/livro/belo-horizonte/>>. Acesso em 20 fev. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRADSTETTER, Maria Carolina Gomes de Oliveira. HEINECK, Luiz Fernando Mällmann. Aspectos conceituais e metodológicos do comportamento do consumidor do mercado imobiliário: uma caracterização da carreira habitacional. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 19-33, jul./set. 2005. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6931/1/2005_art_lfmheineck_aspecto.pdf> Acesso em 22 jun. 2014.

MAIA, R. S. Casa que te quero casa... Reflexões sobre as formas e funções das moradias populares. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação de Planejamento Urbano e Regional*. Recife, 20 a 24 de maio, 2013. CD-ROOM.

MARTINES, George. ALVES, José Eustáquio Diniz. *Dinâmica Demográfica e sua Relevância Econômica e Social no Brasil: Implicações para o Programa UNFPA 2011-2015*. 18 fevereiro

2011. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/cairo20/dinamica_demografica.pdf> Acesso em 01 jul. 2014.

NAKANO, A. K. Planejamento e Necessidade Habitacional. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambú, 2010. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_9/abep2010_2588.pdf> Acesso em: 12 fev. 2014.

OLIVEIRA, Zuleica. L. C.; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; LONGO, Luciene. Uma Exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Águas de Lindóia, de 19 a 23 de Novembro, 2012.

SANTOS, Cynthia de Souza. *A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 2006. 331 f. : Tese (doutorado) - Universidade de

São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2006.

SMITH, Wallace F. *Housing. The social and Economic Elements*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1970.

TURNER, John F. C. Una nueva vision del déficit de vivienda. In: LEWIS, David. *El crecimiento de las ciudades*. Barcelona: G. Gilli, 1971.

VALENÇA, Márcio Moraes. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. *Cadernos MetrÓpole*, N. 9, pp 165-171, 1º sem. 2003.

WOORTMANN, Klaas. Casa e Família Operária. Fortaleza: *Anuário Antropológico*. Edições Universidade Federal do Ceará.1980.